



ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALBUFEIRA REALIZADA NO DIA 27 DE ABRIL DE 2016

Ata n.º 26

Aos vinte e sete dias do mês de Abril do ano de dois mil e dezasseis, reuniu a Assembleia Municipal de Albufeira, pelas 21:00 horas, no Edifício da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, sito nos Olhos de Água, por convocatória de quatro de Abril, aditamento de vinte e um de Abril e segundo aditamento de vinte e dois de Abril, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

PONTO UM: Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro; -----

PONTO DOIS: Apreciação e deliberação da acta de 18-02-2016; -----

PONTO TRÊS: Tomada de conhecimento do processo relacionado com o funcionamento do Bar Deck 21; -----

PONTO QUATRO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da rectificação referente à abertura de procedimentos concursais, aprovados na sessão de 18-02-2016; -----

PONTO CINCO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do reconhecimento do interesse público municipal referente à regularização do estabelecimento/instalação de uma oficina de artigos de mármore e rochas similares; -

PONTO SEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2015; -----

PONTO SETE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do município respeitantes ao ano de 2015; -----

PONTO OITO: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento para aquisição de serviços para elaboração do Plano de Pormenor do Roja-Pé Sul; -----

PONTO NOVE: Apreciação e deliberação relativamente à declaração política da Câmara Municipal, referente à questão da pesquisa de hidrocarbonetos, petróleo e gás no Algarve; -----

PONTO DEZ: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão do Orçamento para o ano 2016, incluindo o mapa de pessoal; -----

PONTO ONZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2016-2019; -----



PONTO DOZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de contadores de água, incluindo sistema de telecontagem via rádio até ao limite de 349.914,00€, acrescido de IVA;-----

PONTO TREZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projecto de Interesse Municipal - delimitação da área de reabilitação urbana do centro antigo da cidade de Albufeira; -----

PONTO CATORZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de designação da composição dos júris de recrutamento para os cargos de direcção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º graus previstos na estrutura dos serviços do município de Albufeira;-----

PONTO QUINZE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste directo para aquisição de serviços de elaboração do Plano Diretor Municipal;----

PONTO DEZASSEIS: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de materiais em PVC a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento - 2016; --

PONTO DEZASSETE: Tomada de conhecimento do relatório anual de 2015 da CPCJ;-

PONTO DEZOITO: Moção apresentada pela bancada do PSD, com o tema "Regionalizar para um Estado mais próximo dos cidadãos";-----

PONTO DEZANOVE: Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento concursal por ajuste direto para contratação de serviços na área jurídica;-----

PONTO VINTE: Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2015 do Estatuto do Direito de Oposição.-----

PRESENCAS: Paulo Alexandre Figueiredo Freitas (PSD), Francisco José Pereira de Oliveira (PS), Rui Miguel de Sousa Serôdio Bernardo (PSD), José Galdes de Pereira Simões (PS), Soraia Santos Morais Rodrigues (VIVA), Maria Eugénia Xufre Baptista (PSD) Vera Neves Albuquerque e Castro Coelho Simões (PS), Cândido Augusto Marques Reigado (CDU), Adriano Duarte de Horta Nogueira Ferrão (PSD), Domingos Manuel Martins Coelho (PS), Francisco Manuel Fernandes Guerreiro (PSD), Carlos Alberto dos Santos Fernandes (PS), Mário Samuel Raimundo Gaspar (VIVA), Ana Cristina Neves Pinto Oliveira (PSD), Ruben Thiago Ferrara Romão Barulho (membro suplente PS), José Joaquim do Carmo Pimenta (CDU), Vítor José Correia Maria Vieira (PSD), Leonardo Manuel Teixeira Paço (PS), Carlos Augusto Cabrita dos Santos (PSD), Ivânia Correia Mascarenhas (VIVA), Luís Matias Afonso (CDS), bem como os Presidentes das Juntas



de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Hélder Sousa, de Ferreiras, Fernando Gregório, de Guia, Joaquim Vieira e de Paderne, Miguel Coelho. -----

Faltas: Ana Alexandra Diogo Pereira.-----

Substituições: Face ao pedido de substituição apresentado pelo membro Ana Pereira, foi verificada a legitimidade e identidade dos elementos imediatamente a seguir na ordem da respectiva lista, Ruben Barulho. -----

Registou-se, ainda, a presença do Presidente da Câmara, Carlos Eduardo da Silva e Sousa, e dos Vereadores Sérgio Brito, José Carlos Rolo, Célia Pedroso, Ana Vidigal e Rogério Neto. -----

Havendo quórum (**vinte e cinco presenças**), o Presidente da Assembleia deu início à sessão: -----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO: -----

João Cabrita: "Já que estamos nos Olhos de Água, gostava de chamar a atenção para os semáforos aqui em baixo, que neste momento não são uma solução mas sim um problema. Antes dos semáforos há uma passadeira que não faz muito sentido naquele sítio. No cruzamento para o Hotel Porto Bay há um triângulo que é confuso para as pessoas que passam ali. Em relação à rotunda lá em baixo, ao lado direito, para quem sobe há um lugar para cargas e descargas e um lugar para deficientes. Esses dois lugares quando estão ocupados atrasam todo o trânsito que dá a volta naquele sítio - é um alerta. Gostava também de chamar a atenção para as escadas de madeira junto aos apartamentos do Parque: estão em muito mau estado, sofreram uma intervenção há algum tempo atrás mas aquela madeira, se fosse tratada, durava muito mais tempo. E mais grave é que continua a ir esgotos para a praia. Basta um órgão de comunicação social estrangeiro e metade dos negócios dos Olhos de Água pode ir ao ar durante uma época. Em relação ao resto do concelho, gostaria de falar sobre alguns caminhos municipais - são vários que estão em mau estado: as bermas estão em mau estado, muitas árvores a penderem para cima dos caminhos, o piso está em mau estado. Por exemplo, o caminho do Pinhal, o piso está bom, mas as bermas estão muito más, Torre da Medronheira para a Branqueira, Balais para os Brejos, Olhos de Água para Roja-Pé, Açoteias para Patã de Baixo, passando por Vale Carro, é uma via que tem bastante trânsito, Branqueira para Fontainhas ou Mosqueira, Pátio para Cerro da Águia, a Moraria - é pisos danificados, é a vegetação e é algumas barreiras caídas, especialmente esta entre a Torre da Medronheira e a Branqueira." -----



Carlos Coelho: "As escadas de acesso à praia da Falésia desde o dia um de Novembro que se encontram em mau estado. Já passou a Páscoa, que é uma altura com bastantes turistas e aquilo está que é uma vergonha. Talvez a Câmara não tenha competência para solucionar mas poderá ter competência para, junto das entidades competentes, ver se conseguem resolver a situação. Outra situação é em relação à sucata de frigoríficos que existe no Roja-Pé. Há tempos houve para lá um incêndio, pensei eu que seria a solução para, de uma vez por todas, aquela situação ser eliminada, mas parece que não. Continua a ocupar a via pública. Não sei se a Câmara, através da Polícia Municipal ou dos fiscais, consegue fazer alguma coisa pela parte da ocupação da via pública ou tentar resolver a situação que já se arrasta há muitos anos. É uma vergonha, é uma zona turística e está a denegrir não só a imagem de Olhos de Água como também do próprio concelho. Gostava que tentassem resolver este problema, pelo menos da sucata, porque já são muitos anos." -----

Presidente da Câmara: "Quanto à questão dos semáforos, já está a ser vista uma intervenção para essa zona. Quanto aos lugares de deficientes e cargas e descargas lá em baixo, se estão sempre ocupados é uma questão policial. Quanto às escadas de madeira do Parque, tomei nota e vou ver o que se passa, e quanto aos esgotos, temos o exemplo, na Rua da Ladeira, que está a ser intervencionada neste momento, em que as águas pluviais estão ligadas aos esgotos mas esta situação já está a ser corrigida. Quanto aos caminhos municipais, temos a noção que uma série de caminhos estão a necessitar de intervenção e vão ser intervencionados. Quanto às escadas da praia da Falésia, temos andado em cima desse assunto, apesar de não ser da nossa competência. Chegámos a disponibilizar dinheiro e a intervir em substituição da APA, numa altura em que ela estava sem orçamento. Entretanto, a APA informou que já tinha orçamento e ia ela própria, pelos seus meios, lançar o procedimento. Tanto quanto sei, a adjudicação já foi feita, o contrato está para ser assinado em breve e a promessa que tenho é que até dia quinze de Maio está pronta. Quanto à sucata, vamos ver o que se pode fazer. É uma situação já antiga. Já passei por lá diversas vezes e, realmente, não é agradável ver o que se passa ali. Havendo ocupação da via pública, aí poderei fazer alguma coisa nessa matéria." -----

PERIODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Tomaram o uso da palavra os membros seguintes: -----

Cândido Reigado: "Começava pelo problema das escadas que dão acesso à praia da Falésia, que carece de solução urgente, porque desde o dia um de Novembro está



naquele estado e está a aproximar-se a época balnear. Outro problema é alguns caminhos, por exemplo: de Vale Carro, que continua com buracos; o acesso ao bairro Nossa Senhora de Fátima está em muito mau estado; a Rua Cândido Guerreiro, no Montechoro, em que foi colocado um tapete até à escola Diamantina Negrão mas depois, mais para baixo, continua na mesma e está esburacado; na Rua Ladeira andam com obras há bastante tempo mas eu perguntava quando é que estará concretizada aquela obra porque causa grandes transtornos às pessoas que ali moram. Quero ler um documento que tem a ver com o despedimento colectivo no aeroporto de Faro.” (Doc. 1, anexo a esta ata) -----

Ivânia Mascarenhas: “A questão que gostaríamos de colocar tem a ver com a política municipal de recursos humanos uma vez que alguns de nós fomos confrontados por alguns funcionários que manifestaram preocupação quanto à avaliação de desempenho no âmbito do SIADAP. Segundo informação, o processo não está regularizado desde dois mil e onze até à presente data. Gostaríamos de saber porque se encontra nesta fase uma vez que foi um procedimento implementado pelo próprio município.” -----

Mário Gaspar: “Começava pelo jardim Frutuoso da Silva, estive lá há poucos dias e não gostei do que vi. O espaço não tem um único posto de luz, os espaços verdes estão totalmente ao abandono e as vedações encontram-se com os vidros partidos. Para quem não sabe, é o jardim que fica atrás da igreja de São Sebastião, perto do Rocamar. É um espaço bonito e, da forma como está, uma pessoa até tem medo de lá entrar e acho que este problema podia ser facilmente resolvido. Outro assunto é a escada rolante do Pau da Bandeira. A escada tem sido alvo de intervenção, provavelmente no seguimento dos problemas das cheias, e a alternativa que não temos, o normal seria a Travessa dos Telheiros, que é a Rua que desce do Pau da Bandeira para o P5, e não é solução nem para carrinhos de bebés nem para pessoas com mais idade ou com cadeiras de rodas, e o município deveria fazer uma intervenção nesta estrada. Para finalizar, um reforço de um pedido que foi feito em Junho numa Assembleia, um pedido dos autos feitos pela Câmara Municipal no âmbito da ocupação da via pública. Na altura, o Presidente da Câmara assinou um ofício com a intenção de saber o que pretendíamos concretamente, demos resposta logo na altura mas continuamos sem obter qualquer tipo de resposta e está quase a fazer um ano.” -----

Domingos Coelho: “Queria levantar algumas situações. Numa altura em que se aproxima a época turística, e penso que calhava bem ao executivo olhar mais em pormenor para a cidade, principalmente para a baixa. Convidava o senhor Presidente em particular a



fazer um pequeno percurso, o mais percorrido pelos nossos turistas. Eles chegam quase todos ao Pau da Bandeira, antes de descerem as escadas. Se repararem para o parque de estacionamento que está nas costas do Pau da Bandeira, o exterior, as montras, o espaço está completamente abandonado e questiono porquê. Não sei se pertence à Câmara e é um espaço que poderia ser aproveitado para não dar aquele ar de abandono. Descendo as escadas e chegando à Praça dos Pescadores encontramos umas personagens e um barco. Ainda bem que a Câmara substituiu o barco mas há um pormenor que era passar a corda pelos personagens porque quem não sabe, pensa que as pessoas vão numa procissão e as pessoas estavam a puxar a corda. Percorrendo o Cais Herculano, existe lá uma bica e pouco ficou após intervenção do Pólis e penso que não custava muito meter a meter a bica a correr. Chegando ao telheiro da antiga praça do peixe, antes tinha sete ou oito bancos de madeira e neste momento tem dois ou três fruto do crescimento contínuo das esplanadas dos restaurantes à volta. Há ali um excesso de ocupação da via pública e aquele espaço podia ser muito melhor rentabilizado para determinadas atividades culturais. Seguindo para a Rua da Bateria, temos o painel que faz alusão às Portas de Sant' Ana. Há mais de um ano levantei aqui essa questão. O senhor Presidente, na altura, disse que não estava muito mau mas estava e hoje está mais degradado. É talvez dos locais mais fotografados da cidade. Penso que um operário da Câmara numa manhã resolvia o problema porque é uma vergonha o estado em que se encontra. Subindo a Rua da Bateria, a parede da rua está toda partida, em alguns sítios batida por carros. Chegando ao quintal da Câmara, em frente fizeram uma barreira em vidro: os pilares estão todos partidos, tem uma pequena grade que está completamente ferrugenta e é uma situação perigosa - um carro bate ali e cai lá para baixo. Penso que um gradeamento ali e estava resolvido. Chegando à Praça da República, em frente à antiga Câmara, temos aí uma estrutura, que também levantei a questão há um ano. O senhor Presidente disse que desconhecia o lixo nesse espaço. Segundo o Pólis, aquilo era um espaço para um quiosque. Hoje continua a ser a recolha do lixo, quase privativo, do Sol e Mar e para, além disso, os funcionários do Sol e Mar não têm o cuidado de não arrastar o lixo pela calçada e vê-se o rasto que vai do hotel a essa estrutura, que não é mais que um caixote do lixo, quando o espaço poderia ser aproveitado para um quiosque. Foi uma mais-valia trazida pelo Pólis que está mal aproveitada. Depois temos aquele espaço arqueológico, que parece que, finalmente, a Câmara vai adjudicar aquele trabalho, e depois temos o antigo hospital, que ainda não sei qual é o futuro daquilo. Quando há falta de infra



estruturas, ao nível de lares de dia, ou de outra ordem, penso que seja da Misericórdia mas penso que a Câmara poderia fazer algum esforço para fazer algo ali. Percorrendo essa rua, no final, do lado esquerdo, estão três casas blindadas, com chapas a tapar as paredes, o telhado já caiu. Se contornarmos a curva do Califórnia, estão mais cinco casas empanadas. Depois, no túnel, um dos locais que deu fama a Albufeira, estava uma placa a indicar o responsável pela sua construção e o ano, que aquando das obras do Pólis foi retirada a placa em pedra. O Pólis colocou uma em chapa mas já não está lá nada. Depois o jardim Frutuoso da Silva está completamente abandonado e penso que seria fácil animar aquilo, fazendo uma esplanada e um quiosque."-----

Carlos Fernandes: "Relativamente à estrada que atravessa o Bairro dos Pescadores, gostaria de saber para quando se encontra prevista a pavimentação, uma vez que aquele piso está em péssimo estado. Há caminhos rurais possivelmente com melhores condições que aquela estrada e como estamos a entrar na época balnear, é chato ir fazer esse trabalho em Junho, por exemplo. Aquela rua é o cartão-de-visita de Albufeira, os turistas passam todos por ali. Há uma situação que já tinha chamado a atenção, na altura que estavam a fazer as limpezas dos sumidouros lá na baixa após as cheias: um sumidouro que está no cimo das escadas rolantes, que está completamente entupido, e aquilo que lá está tem pelo menos um ano ou dois." -----

José Pimenta: "A CDU em Junho falou com a Vereadora Ana Vidigal sobre os devedores de água. Na altura a Vereadora disse-nos que o valor das dívidas dos consumidores era à volta de seis milhões e quinhentos mil, seis ou sete meses mais tarde referimos essa situação e baixou para cerca de cinco milhões, ou seja, baixou as dívidas dos consumidores, houve acordos. Entretanto, em Fevereiro, na última reunião, tivemos informação que este valor voltou novamente aos seis milhões e meio de euros. Gostaríamos de saber o que aconteceu, o porquê de voltar novamente a estes valores. Outra questão é: de quem é a responsabilidade da limpeza de arbustos e passeios? Se é da Ecoambiente, que eu penso que é, o que a Câmara faz para fiscalizar esta situação? É a própria Ecoambiente que faz a fiscalização da Ecoambiente? Última questão: há autocarros de mil novecentos e noventa e sete que estão a fazer o Giro. Houve uma adenda com a Eva de quatro autocarros novos pequenos e quatro autocarros médios. Pergunto se os quatro autocarros médios novos estão cá e, se estão cá, porque é que há autocarros de mil novecentos e noventa e sete a fazer estes serviços? Vou ler uma saudação ao primeiro de Maio, Dia Internacional dos Trabalhadores." (Doc. 2, anexo a esta ata) -----



Mário Gaspar: "No seguimento da intervenção do senhor Domingos, em relação ao barco que está na baixa, queria dar a informação, porque hoje passei lá, e reparei que já tem algumas tábuas partidas e é necessária uma reparação rápida antes que vá pelo caminho do outro." -----

Presidente da Câmara: "O senhor Reigado voltou a falar das escadas da Praia da Falésia. Quanto a isso já respondi, estarão prontas antes do início da época balnear. Quanto aos caminhos, tomei nota. Sei que há muitos caminhos em mau estado mas vamos começar a repará-los. Pode consultar no orçamento para caminhos acresce mais um valor de oitocentos mil euros exclusivamente para caminhos. Estamos preocupados com a situação e vamos resolvê-la. Quanto à intervenção da Ivânia, fico surpreendido que os trabalhadores se vão queixar a vocês porque eu sou o responsável pelos recursos humanos e ainda não recebi nenhuma queixa sobre isso. Fico surpreendido que se vão queixar fora quando têm os recursos humanos cá dentro para fazerem as suas reclamações e até agora não ouvi nem vi uma. E a explicação é simples: as carreiras estão congeladas e a política que temos neste momento é de valorização dentro dos funcionários que temos. Daí que já se tenha desencadeado os processos de mobilidades internas, da minha exclusiva responsabilidade, no sentido de, dentro dos imensos limites que temos, valorizar os trabalhadores que temos. Em relação à intervenção do Domingos Coelho, faço esse passeio várias vezes e em tudo o que diz tem razão mas nós já estamos com procedimentos no sentido de proceder aos arranjos. Quanto ao jardim Frutuoso da Silva existe vontade de se fazer ali uma intervenção, nomeadamente um quiosque. A opção será a Câmara colocar lá um quiosque e lançar concurso público. Se as pessoas que estiverem à frente, por algum motivo não corresponderem àquilo que é a responsabilidade de estar à frente de um local como aquele, teremos mecanismos para, mais facilmente, retornar ao município. Quanto às casas empanadas, são casas particulares. Também está em curso o ARU, já foi feita uma reunião com particulares, já há intenções de investimento privado de alguns milhões em conjunto com uma ação municipal. Terá de ser feito de uma forma articulada e o nosso gabinete de reabilitação urbana está a trabalhar nisso. Portanto, espero que esta medida de reabilitação urbana tenha sucesso. Em relação à estrada que vai para o Bairro dos Pescadores, os procedimentos não são como nós queremos. O processo andou ai às voltas mas neste momento já está concluído e vamos ver, não sei se será saudável depois de tanta espera e tanta necessidade de obras, se devemos parar. Vamos ter de arranjar uma alternativa das pessoas acederem à baixa. Eu,



pessoalmente, não gosto de parar aquilo de que levamos tanto tempo à espera. Poderá haver incómodos mas sem criar impedimentos de acesso à baixa, teremos de arranjar alternativas. Quanto ao valor das dívidas que o senhor Pimenta falou, neste momento, não tenho aqui números para poder responder. A inspeção à Ecoambiente é feita pelos serviços do município. Temos tido algumas reclamações e também temos solucionado muitas questões mas por vezes também se nota uma grande falta de civismo. Quanto aos autocarros, os novos já estão a circular. Se há autocarros que não deveriam estar a circular, iremos verificar essa situação. O facto do barco lá em baixo já estar partido, não sabia, está lá há pouco tempo. É mais um sinal de vandalismo. O barco foi colocado completamente arranjado não há muito tempo. Quanto à questão da ocupação do espaço público por baixo do telheiro, tem havido mas também já houve muitas nessa matéria porque, seguramente, não é autorizado pela Câmara qualquer ocupação desse espaço público." -----

Domingos Coelho: "E em relação às lojas do estacionamento do Pau da Bandeira?"-----

Presidente da Câmara: "Estamos a tratar disso. Ainda não são do município mas estamos com o processo em andamento."-----

Presidente da Assembleia: "Respondendo à questão do Mário Gaspar, nós temos informação de que a resposta está no gabinete jurídico e já leva quase um ano que aguardamos essa resposta mas temos vindo a insistir." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros, o Presidente da Assembleia deu a palavra à Primeira-Secretária para fazer a LEITURA RESUMIDA DA CORRESPONDÊNCIA. A correspondência fica acessível a todos os digníssimos Membros, para consulta, no Gabinete da Assembleia Municipal. -----

Presidente da Assembleia: "Gostaria de agradecer ao Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água a disponibilidade das instalações para a realização desta Assembleia."-----

ORDEM DO DIA

PONTO UM

Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do Art.º 25º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os seguintes membros: -----



Francisco Oliveira: "Relativamente à informação do Presidente da Câmara há uma questão que nos parece fundamental, que tem a ver com os valores que o município neste momento apresenta. Esta informação diz que *"da análise dos rácios anteriores conclui-se o seguinte: as receitas próprias do município assumem um peso significativo quer no valor da receita total (noventa e um vírgula trinta e seis por cento) quer no valor da receita corrente (noventa e dois vírgula sessenta e dois por cento); os impostos locais cobrados no período em análise (imposto municipal sobre imóveis, imposto único de circulação, imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e derrama, impostos abolidos como a autarquia e a SISA) correspondem a trinta e seis vírgula vinte e nove por cento da receita total e a trinta e sete vírgula cinquenta e cinco por cento da receita corrente; as despesas de funcionamento (despesas com o pessoal, aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes), reportadas ao mês de Março do ano corrente, correspondem a oitenta e cinco vírgula setenta e sete por cento da despesa total e a noventa e três vírgula oitenta e um por cento da despesa corrente; as despesas com pessoal representam, por sua vez, quarenta e cinco vírgula trinta e um por cento da despesa total e quarenta e nove vírgula cinquenta e seis por cento da despesa corrente; as despesas com a aquisição de bens e serviços traduzem-se em trinta e cinco vírgula seis por cento da despesa total e em trinta e oito vírgula trinta e cinco da despesa corrente; o valor do investimento global representa oito vírgula cinquenta e oito por cento da despesa total";* quer isto dizer que temos, só de despesa de investimento, qualquer coisa como oito e meio por cento. *"As receitas próprias representam cento e sessenta e dois vírgula cinquenta e cinco por cento da despesa total; O valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da Participação variável no IRS, corresponde a oito vírgula sessenta e seis por cento da despesa total; o valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da Participação variável no IRS, no âmbito das transferências correntes, reflecte sete vírgula quarenta e seis por cento da despesa corrente; o valor do Fundo de Equilíbrio Financeiro, no âmbito das transferências de capital, corresponde a vinte e um vírgula quarenta e quatro por cento da despesa de capital. Saldo, de acordo com o resumo diário de tesouraria do dia catorze de Abril de dois mil e dezasseis, os saldos em caixa são os seguintes: em operações orçamentais, quarenta e nove milhões, seiscentos e trinta e quatro mil, cento e quarenta e cinco euros e noventa e quatro cêntimos".* Isto quer dizer que neste momento o município tem em caixa cerca de cinquenta milhões de euros. Com todo o respeito, não parece um



município parece mais um banco. "Em operações de tesouraria, novecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e três euros e quarenta e um cêntimos. Neste valor estão incluídas verbas depositadas em contas próprias, e que a seguir se discriminam, as quais se destinam aos pagamentos e recebimentos relativos a projectos financiados: Feder, quinhentos e vinte e dois mil, Fundo de Coesão cinco mil e Fundo Social Europeu cento e sessenta e oito mil, duzentos e onze. É de realçar que relativamente ao estado actual da dívida e no que concerne a fornecedores, informo que o saldo, a catorze de Abril de dois mil e dezasseis é de um milhão seiscentos e noventa e sete mil, novecentos e oitenta e dois". Quer isto dizer que, tendo em caixa mais de cinquenta milhões de euros, as dívidas, neste momento, são de cerca de um milhão e setecentos mil euros. Regressaram ao município alguns trabalhadores e, portanto, é demonstrativo que o município tem, neste momento, um capital enorme, demonstrativo que arrecadou receitas que talvez não tivessem necessidade de o fazer, neste caso, sobre impostos e taxas municipais sobre os munícipes, para não ter, neste momento, a capacidade de o devolver à sociedade podendo fazer esse mesmo investimento, como é demonstrativo pelo valor do investimento global que representa oito ponto cinquenta e oito por cento da despesa total. Nesse sentido, o Partido Socialista queria realçar que tem vindo a tentar demonstrar que seria desnecessário, em determinada, altura a imposição de impostos tão elevados, a possibilidade de ter pago o PAEL. Essa situação poderia ter sido feita de forma a que os impostos este ano pudessem ser reduzidos mas o entendimento do município é no sentido de arrecadar e arrecadar." -----

Adriano Ferrão: "Essas contas estão aqui, estão feitas. Pagando as dívidas o valor é de quarenta e oito milhões mas face àquilo que está para a frente, a reabilitação dos caminhos que foram aqui todos falados, é necessário que o município tenha capital suficiente para fazer face a essas despesas. Por outro lado, o pagamento do PAEL é que possibilitou, porque as taxas estavam máximas, porque assim impunha a Lei, que se pagasse o que se tinha a pagar e que ficasse o remanescente que é, com certeza, para a reabilitação do concelho. Por isso não me parece nada desmesurada a situação que ocorre." -----

Presidente da Câmara: "Espero que estejam satisfeitos, que o município neste momento não esteja em dívida mas que esteja com um saldo positivo. Ninguém pense que é um saldo excessivo porque a necessidade que temos de investimento é muito grande. De forma alguma é política do município ir a correr gastar o dinheiro. Aliás, eu gosto de ver o saldo alto. Basta recordar que saindo nós da situação de crise, as



famílias em Albufeira já estão bastante desagravadas no que diz respeito a impostos. Desagravou-se o IMI, o IRS, também se eliminou a derrama, os direitos de passagem, e uma boa gestão pode levar a que se tome este tipo de medidas. Neste momento temos algum dinheiro mas se pensarmos um pouco, nas obras estruturais que Albufeira necessita que sejam feitas, este saldo representa zero. Ninguém pense que temos aqui muito dinheiro. Tem de ser muito bem gerido para podermos fazer todas as obras que são necessárias. O saldo não é de forma alguma excessivo tendo em conta as necessidades de investimento que temos. Quando dizem que este saldo é grande, eu gostava que fosse o dobro." -----

Francisco Oliveira: "É que para além do saldo que está neste momento em caixa, de cinquenta milhões, há que contar com o orçamento deste ano que será mais cinquenta ou sessenta milhões." -----

Presidente da Câmara: "Em relação a este ano, vai ser uma incógnita. No ano passado tivemos uma receita fortíssima de IMT, por exemplo, que não estava prevista e este ano baixou substancialmente, isto é um exemplo. Também baixou substancialmente a receita de IMI, mas essa era previsível. Só no fim iremos saber qual vai ser o resultado das receitas deste ano. Há previsões de que possa haver uma divisão substancial das receitas." -----

Presidente da Assembleia: "Tenho uma questão: há uma impugnação no concurso do crematório - há alguma possibilidade de saber do que se trata?" -----

Presidente da Câmara: "A informação que tenho é que há um concorrente que ganha e há outro concorrente que impugna." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DOIS

Apreciação e deliberação da acta de 18-02-2016. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou a acta a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: uma (01): Ruben Barulho. -----



Votos a Favor: vinte e quatro (24): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----
A acta foi aprovada por maioria. -----

PONTO TRÊS

Tomada de conhecimento do processo relacionado com o funcionamento do Bar Deck 21.-----

Presidente da Assembleia: "Este ponto foi enviado pela Câmara mas acho que não faz sentido ser enviado como ponto para tomada de conhecimento. E não vamos tomar conhecimento porque há aqui questões que fazem referência a outro estabelecimento que nem sequer é este. Vejo a menção, na parte da informação jurídica, ao Bar Hot Shot, na Avenida Sá Carneiro. Mais a baixo vem referido o Bar Deck 21, na Marina de Albufeira - isto não faz sentido. Portanto, propunha à consideração da Assembleia a retirada deste ponto." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou à votação a retirada do ponto.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

Foi aprovado por unanimidade retirar o ponto da ordem do dia. -----



PONTO QUARTO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da rectificação referente à abertura de procedimentos concursais, aprovados na sessão de 18-02-2016. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CINCO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do reconhecimento do interesse público municipal referente à regularização do estabelecimento/instalação de uma oficina de artigos de mármore e rochas similares. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

José Pimenta: "Aqui há uma situação que nos pede para deliberarmos sobre esta situação de interesse público. E diz, "*na possibilidade de regularização*", não diz que após a nossa aprovação seja imediatamente reconhecida." -----

Presidente da Assembleia: "A questão de interesse público municipal que nós declaramos aqui, a única eficácia que nos dá, é só isso: é dizermos que o município tem interesse em regularizar esta situação, depois passa para os serviços técnicos a questão de saber se é possível ou não e isso está na dependência dos planos e não na nossa. A única questão que nós temos, e tem um peso institucional, junto da Reserva



Agrícola e Ecológica, é no sentido de dizer que o município achou por bem conceder a este projeto "interesse municipal". Não fazemos aqui sanção do processo, do licenciamento." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Inventário do Património respeitante ao ano de 2015. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou os pontos a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO SETE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, dos Documentos de Prestação de Contas do município respeitantes ao ano de 2015. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Falei com alguns Presidentes de Assembleia Municipal e falei também com algumas entidades relacionadas com o poder local porque se gerou uma polémica a saber se tínhamos ou não legitimidade para aprovar a prestação de contas do município. A Lei não é clara sobre isto e recebi hoje um parecer jurídico sobre esta questão em que diz que deixa à consideração das Assembleias Municipais. Deixando à consideração das Assembleias Municipais, eu acho que deve ser deliberado aqui. As contas do município são aprovadas pelo município. Aquilo que nós vamos fazer é, basicamente, tomar conhecimento da aprovação das contas do município. Nós não vamos aprovar as contas do município nem vamos aprovar a aprovação. Parece um pouco de contrassenso mas acho que devemos deliberar." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "As contas vão para o Tribunal de Contas e o Tribunal de Contas não obriga à aprovação do órgão deliberativo? Porque isto tem vindo às Assembleias Municipais desde sempre." -----

Presidente da Assembleia: "Com a alteração da Lei em dois mil e treze foi levantada esta questão."-----

Francisco Oliveira: "A bancada do Partido Socialista vai abster-se relativamente à prestação de contas por ser um documento técnico. Reflecte as linhas gerais por parte do município, não colocando em causa, naturalmente, o documento técnico em si." -----

Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras: "Foi dito pelo meu colega de bancada, que a bancada do Partido Socialista ia abster-se na votação deste documento mas a Junta de Freguesia de Ferreiras de Paderne vai votar favoravelmente o documento."--
Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----



Abstenções: nove (09): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ruben Barulho, José Pimenta, Leonardo Paço. -----

Votos a Favor: dezasseis (16): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO OITO

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento para aquisição de serviços para elaboração do Plano de Pormenor do Roja-Pé Sul.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Reparei aqui em algumas situações e interpelava o senhor Presidente da Câmara: Este procedimento é por ajuste direto e uma das coisas que já reparei neste, e em outros ajustes diretos, é que não há indicação das empresas convidadas que irão ser consultadas." -----

Presidente da Câmara: "É a RT Geo, Planeamento e Ordenamento do Território, Lda, é a Vertente Urbana, Projectos, Fiscalização e Segurança, Lda, e é a Veriate, Projectos e Fiscalização, Lda. São estas as empresas que vão ser convidadas."-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO NOVE

Apreciação e deliberação da declaração política da Câmara Municipal referente à questão da pesquisa de hidrocarbonetos, petróleo e gás no Algarve. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Relativamente à tomada de posição verifico ser no sentido de rejeitar qualquer pesquisa ou qualquer adjudicação para pesquisa de hidrocarbonetos, e é, de facto, também a posição tomada pelo Partido Socialista, não só em Albufeira, mas também em todo o Algarve. Independentemente que possa trazer alguns benefícios em termos económicos, a verdade é que irá trazer prejuízos em termos ambientais. Nesse sentido, tem havido um levantamento por parte de vários Presidentes de Câmara, e de autarcas, no sentido de rejeitar qualquer pesquisa de hidrocarbonetos. Houve algumas forças políticas que levantaram a questão, que poderia eventualmente só iniciar-se a questão da pesquisa, mas tem a ver com um problema que todos nós nos aperceberemos que, com a pesquisa, naturalmente, caso se descubra alguma coisa, as entidades a que foram, de certa maneira, adjudicadas a possibilidade de fazerem a pesquisa, naturalmente, vão requerer ter benefícios, uma vez que despenderam de valores para que ela fosse efetuada. Portanto, a partir do momento em que se inicie este processo é difícil travá-lo. Nesse sentido, concordaremos, com certeza, com esta posição." -----

Cândido Reigado: "Sobre este ponto o PCP e a CDU têm uma posição diferente da que é apresentada pelo senhor Presidente. E a CDU tem uma declaração de voto para apresentar no final." -----

Presidente da Câmara: "Este documento foi a reunião de Câmara e foi aprovado por unanimidade. Portanto, não é só uma posição do Presidente da Câmara é da totalidade do executivo. Na AMAL, por unanimidade, todos os presidentes de câmara estavam contrários a estas pesquisas e tivemos uma reunião com o Ministro-Adjunto, Dr. Eduardo Cabrita, onde manifestámos a nossa preocupação e os municípios do Algarve estão dispostos a ir para a via judicial para travar este processo. Albufeira nem sequer está contemplada para as pesquisas, o que não implica que não esteja em causa



o nome do Algarve, e estando o nome do Algarve em causa, estamos todos juntos. O nosso petróleo é aquilo que nós temos, é a nossa natureza, o nosso turismo.” -----

Presidente da Assembleia: “O documento é o que veio por ofício por parte da Câmara Municipal. Mas, assim sendo, o ponto será alterado de tomada de posição para apreciação e deliberação da posição política da Câmara Municipal, em vez de tomada de posição por parte do Presidente da Câmara.” -----

José Pimenta: “Nós compreendemos a situação de todos em relação a esta situação. Aliás, foi o PCP que teve essas preocupações no início. Estamos preocupados com a segurança mas não podemos deixar de estar preocupados com a situação de podermos termos recursos naturais. Se temos recursos naturais, não os podemos mandar para fora. Estamos aqui sessenta pessoas e todos nós viemos de carro. A segurança é importante, compreendemos o impacto ambiental que possa ter, mas não se esqueçam que, aqui ao largo, passam centenas e centenas de barcos carregados de hidrocarbonetos. E se houver um derrame? Estamos condicionados a isso.” -----

Francisco Oliveira: “Relativamente a esta questão há duas hipóteses. Penso que se estará a analisar a possibilidade da anulação dos contractos das entidades a que foram adjudicadas essas pesquisas ou a interposição da ação judicial. A questão dos petroleiros é que irão passar sempre e esses teremos alguma dificuldade em conseguir pará-los. Eu não consigo entender a posição da CDU, que estava preocupada com essa questão inicialmente, com a questão ambiental. Há aqui um conflito de interesses e o conflito será uma riqueza por via de hidrocarbonetos. O partido socialista é claro e é contra esta possibilidade de início da pesquisa.” -----

Presidente da Assembleia: “Hoje, na Assembleia Intermunicipal da AMAL, tivemos informação que a autoridade do ambiente suspendeu, hoje, essas concessões ao largo de Aljezur.” -----

Presidente da Câmara: “Sobre Aljezur parece que a empresa exploradora estava a abrir uns furos de água já a quinhentos metros de profundidade.”-----

Adriano Ferrão: “Ia falar nessa informação que tivemos na AMAL. Eles tinham licença para fazerem pesquisa de lençóis de água a duzentos e cinquenta metros e depois verificou-se que estavam a quinhentos metros de profundidade. Todos reconhecem que o turismo é o sustento desta região do Algarve. Esta posição da CDU já foi hoje também ouvida na AMAL, ao que se levantou uma deputada do PS para lembrar os anos noventa, em que houve vários movimentos com vigilância na costa, no sentido de verificar se os petroleiros deixavam algum derrame, se faziam lavagens dos tanques ao



largo da costa Algarvia. Essa preocupação já vem de longe e, por isso, não é um exclusivo da CDU. Nós todos temos essa preocupação.” -----

José Pimenta: “As preocupações do PCP e CDU, a nível de impacto ambiental, não é especificamente só no Algarve, é a nível do país. Compreendemos as preocupações mas acho que os cidadãos têm a obrigação de saber os recursos naturais que existem.”-----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: dois (02): Cândido Reigado e José Pimenta. -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e três (23): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

Foi apresentada declaração de voto pela bancada da CDU. (Doc. 3, anexo a esta acta) -

O Presidente da Assembleia propôs a discussão, em conjunto, dos pontos décimo e décimo primeiro e votação em separado, o que foi aprovado por unanimidade. -----

PONTO DEZ

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão do Orçamento para o ano 2016, incluindo o mapa de pessoal. -----

PONTO ONZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da 1.ª Revisão das Grandes Opções do Plano 2016-2019. -----

O Presidente da Assembleia apresentou os pontos e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: “Relativamente à Primeira Revisão do Orçamento e às Grandes Opções do Plano, tendo em consideração que o voto do Partido Socialista, aquando da aprovação do orçamento, foi a abstenção e seguindo esta alteração, a bancada irá abster-se.” -----



José Pimenta: "Em dois mil e quinze houve passagem de quarenta e nove milhões de euros para o ano de dois mil e dezasseis. A pergunta que faço é: porque que é que de dois mil e catorze para dois mil e quinze passou os vinte milhões e porque que é que, nessa altura, não houve uma revisão e esse dinheiro não foi investido? Por exemplo, agora vai haver um investimento, correto? Cheira-me um bocadinho a campanha eleitoral porque, nessa altura, poderia ter havido algum investimento."-----

Presidente da Câmara: "Se se faz, é porque se faz, se não se faz, é porque não se faz. Há uma série de investimentos que têm necessidade de serem feitos e penso que isso é que é importante. São grandes obras de grande interesse para a população de Albufeira." -----

José Pimenta: "Eu estou de acordo que haja esse investimento, a questão que coloco é que de dois mil e catorze para dois mil e quinze as necessidades já existiam e já podiam ter investido em dois mil e quinze." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO PONTO DEZ: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: nove (09): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ruben Barulho, José Pimenta, e Leonardo Paço.-----

Votos a Favor: dezasseis (16): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

VOTAÇÃO PONTO ONZE: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: nove (09): Francisco Oliveira, Geraldês Simões, Vera Simões, Cândido Reigado, Domingos Coelho, Carlos Fernandes, Ruben Barulho, José Pimenta, e Leonardo Paço.-----

Votos a Favor: dezasseis (16): Paulo Freitas, Rui Bernardo, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Adriano Ferrão, Francisco Guerreiro, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira,



Vítor Vieira, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por maioria. -----

PONTO DOZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de contadores de água, incluindo sistema de telecontagem via rádio até ao limite de 349.914,00€, acrescido de IVA. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO TREZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do Projecto de Interesse Municipal - delimitação da área de reabilitação urbana do centro antigo da cidade de Albufeira. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Como sabemos, foram criadas duas ARU's, para o Cerro do Castelo e para a baixa. A questão que coloco é: há uma parte significativa da baixa que não foi



incluída nesta ARU da baixa. Por exemplo, a Rua do MFA, que tem muitos problemas de mobilidade, a Rua dos Telheiros, a Rua Alves Correia. Será que está prevista a criação de uma outra ARU para a baixa de Albufeira?" -----

Presidente da Câmara: "Neste momento não tenho essa questão presente mas tenho ideia que há uma terceira. Não sei se afeta essas ruas de que falou mas sei que está uma terceira em fase de evolução." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstencões: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO CATORZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, da proposta de designação da composição dos júris de recrutamento para os cargos de direcção intermédia de 1.º, 2.º e 3.º graus previstos na estrutura dos serviços do município de Albufeira. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "No que diz respeito às duas primeiras categorias, fala-se do senhor Engenheiro Agostinho Escudeiro. É o Engenheiro da Câmara Municipal de Portimão?" ---

Presidente da Câmara: "É sim. Não conheço o senhor. Pedi à Câmara Municipal de Portimão que me indicasse um técnico superior." -----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO QUINZE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do ajuste direto para aquisição de serviços de elaboração do Plano Diretor Municipal.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Presidente da Assembleia: "Faço a mesma consideração que fiz há pouco: não vem acompanhado das entidades convidadas."-----

Presidente da Câmara: "Realmente, não vem aqui. Provavelmente não temos os convites feitos." -----

Miguel Coelho: "Estive a ler as fases da aquisição dos serviços e gostaria que fosse contemplado, não sei se consta depois, umas sessões de esclarecimento nas freguesias."-----

Presidente da Câmara: "Vai haver em todas as freguesias." -----

Francisco Oliveira: "Só duas questões: primeiro saber se os técnicos da Câmara têm alguma incompatibilidade de poderem fazer este tipo de trabalho; e em segundo lugar, saber se existem meios na Câmara Municipal para o fazer." -----

Presidente da Câmara: "Não é possível para os nossos técnicos. Implica, também, muitas reuniões com a CCDR." -----



Presidente da Assembleia: "Solicito que a Câmara Municipal nos faça chegar amanhã à Assembleia o nome de todas as entidades que vão ser consultadas para este ajuste directo." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZASSEIS

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do concurso público para fornecimento contínuo de materiais em PVC a aplicar na remodelação e conservação da rede de abastecimento de água e saneamento - 2016. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia,



Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO DEZASSETE

Tomada de conhecimento do relatório anual de 2015 da CPCJ.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Domingos Coelho: "Só para constatar que na reunião em que foi aprovado este relatório, segundo a ata, nenhum membro da Assembleia, que participa nesta comissão estava presente, o que não abona muito a favor da Assembleia. Aproveito para dizer que fui eleito para a comissão de Toponímia e quero informar a Assembleia que a comissão tem reunido regularmente e neste momento quase tudo o que chegou à comissão está despachado."-----

Eugénia Baptista: "Eu estava presente."-----

José Pimenta: "Os elementos da Assembleia foram eleitos e só tomaram posse posteriormente a esta reunião, por isso é que não estiveram presentes nessa reunião."

Ana Cristina Pinto: "Essa situação ocorreu precisamente antes de ter havido a proposta dos novos representantes. Eu pedi para sair da CPCJ porque as reuniões ocorrem à quinta-feira à tarde e passaram a ter uma maior periodicidade. Eu tenho aulas à quinta-feira à tarde e não posso estar sempre a faltar." -----

Soraia Rodrigues: "Esta reunião ocorreu antes da eleição dos novos membros. Então, porque surgem os nomes dos novos membros eleitos? Se nós votámos nos novos membros para a CPCJ posteriormente a esta reunião, esses nomes não deveriam constar na lista." -----

Vera Simões: "Essa reunião seria aquela em que iríamos tomar posse mas não fomos informados atempadamente e não conseguimos estar presentes. Posteriormente fomos tomar posse." -----

Eugénia Baptista: "A reunião foi no dia quatro de Fevereiro e foi nesta reunião que foi aprovado o relatório anual. Depois, na reunião de dez de Março, foi aprovada a ata de quatro de Fevereiro. É claro que, a quatro de Fevereiro, estavam presentes uns representantes da Assembleia mas no dia em que esta ata foi aprovada, a dez de Março, já estariam outros."-----



Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia foi tomado conhecimento e o Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte.-----

PONTO DEZOITO

Moção apresentada pela bancada do PSD, com o tema "Regionalizar para um Estado mais próximo dos cidadãos". -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Gostaria de saudar: Bem-vindos ao clube! Tudo o que seja no sentido de promover a possibilidade de uma regionalização, o Partido Socialista do Algarve sempre defendeu, e continuará a defender, e, nesse sentido, entendemos que é uma excelente aproximação por parte do PSD tomar agora essa confiança. Embora, pelo que percebi hoje, não exactamente uma posição de envolvimento total sobre a questão da regionalização mas sim no sentido da abertura à discussão para eventual análise da possibilidade de se vir a avançar com uma regionalização. Nesse sentido, a bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente esta moção, sendo que se trata de uma questão política. Temos uma declaração de voto."-----

José Pimenta: "A CDU vai abster-se nesta moção apresentada pelo PSD e também temos uma declaração de voto." -----

Presidente da Assembleia: "Contrariando um pouco o Francisco Oliveira, o PSD do Algarve sempre se mostrou disponível para a regionalização. Aquilo que se diz é que vamos regionalizar e vamos, antes de mais, estudar o modo de como é feita essa regionalização."-----

Francisco Oliveira: "Tendo sido, de facto, defensores da regionalização, a verdade é que, nos últimos quatro anos, andaram um pouco esquecidos e, por essa razão, também é entendimento haver aqui alguma oportunidade, saudando que haja essa aproximação. Mas também gostaríamos de referir que, no que diz respeito a Albufeira, a regionalização não passa só por uma questão das regiões mas também do poder local, e aí gostaríamos de lembrar que é bom desconcentrar, é bom delegar e faríamos aqui também o convite ao Presidente e ao município no sentido da delegação de poderes relativamente às juntas de freguesia. Nesse sentido, apelaríamos também a que dentro de casa o próprio PSD viesse, efetivamente, a tomar as medidas e não fosse só uma declaração de vontade." -----



Presidente da Assembleia: “De facto, passaram-se quatro anos mas já se passaram pouco mais de quatro meses e, a seu tempo, tomaremos posição por parte do Governo sobre esta questão, até porque o deputado Mendes Botas fez essa apologia na Assembleia da República sobre a regionalização e a defesa dos interesses do Algarve, sobre ser uma região que servisse de exemplo para a regionalização.” -----

Leonardo Paço: “Só para lembrar que não foi só o Mendes Bota mas também o candidato a Primeiro-ministro, na altura, Dr. Passos Coelho, defendia essa regionalização e nunca cumpriu.” -----

Cândido Reigado: “Há uma questão que não pode ser esquecida, haja ou não regionalização, que é a devolução das freguesias que foram extintas pelo governo anterior. No caso de Olhos de Água, que foi agregada a Albufeira, a agregação significa extinção, ou seja, passou a não ter junta de freguesia. Isto nos Olhos de Água, porque no Algarve foram cerca de dezasseis freguesias que foram extintas, pelo país todo foram mil e tal.” -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: três (03): Soraia Rodrigues, Cândido Reigado e José Pimenta-----

Votos a Favor: vinte e dois (22): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldes Simões, Eugénia Baptista, Vera Simões, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A moção foi aprovada por maioria. -----

Foi apresentada declaração de voto pela bancada do PSD. (Doc. 4, anexo a esta ata) --

Foi apresentada declaração de voto pela bancada da CDU. (Doc. 5, anexo a esta ata) --

PONTO DEZANOVE

Apreciação e deliberação, sob proposta da Câmara Municipal, do procedimento concursal por ajuste direto para contratação de serviços na área jurídica. -----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----



Tomaram o uso da palavra os membros: -----

Francisco Oliveira: "Este ajuste direto é só para o Dr. Fernando Silva?"-----

Presidente da Câmara: "É sim." -----

Não havendo mais intervenções por parte dos Membros da Assembleia, o Presidente da Assembleia colocou o ponto a votação.-----

VOTAÇÃO: -----

Votos Contra: zero (00): -----

Abstenções: zero (00): -----

Votos a Favor: vinte e cinco (25): Paulo Freitas, Francisco Oliveira, Rui Bernardo, Geraldês Simões, Soraia Rodrigues, Eugénia Baptista, Vera Simões, Cândido Reigado, Adriano Ferrão, Domingos Coelho, Francisco Guerreiro, Carlos Fernandes, Mário Gaspar, Ana Cristina Oliveira, Ruben Barulho, José Pimenta, Vítor Vieira, Leonardo Paço, Carlos Santos, Ivânia Mascarenhas, Luís Afonso, Presidente da Junta de Freguesia de Albufeira e Olhos de Água, Presidente da Junta de Freguesia de Guia, Presidente da Junta de Freguesia de Ferreiras e Presidente da Junta de Freguesia de Paderne.-----

A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

PONTO VINTE

Tomada de conhecimento do Relatório do ano de 2015 do Estatuto do Direito de Oposição.-----

O Presidente da Assembleia apresentou o ponto e deu a palavra aos Membros da Assembleia. -----

Não havendo intervenções por parte dos Membros da Assembleia foi tomado conhecimento.-----

Antes de encerrar a sessão foram aprovadas, por unanimidade, as minutas das deliberações tomadas na Assembleia.-----

Nada mais havendo a discutir ou a deliberar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, cerca das 23:45 horas, de que foi lavrada ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei. -----

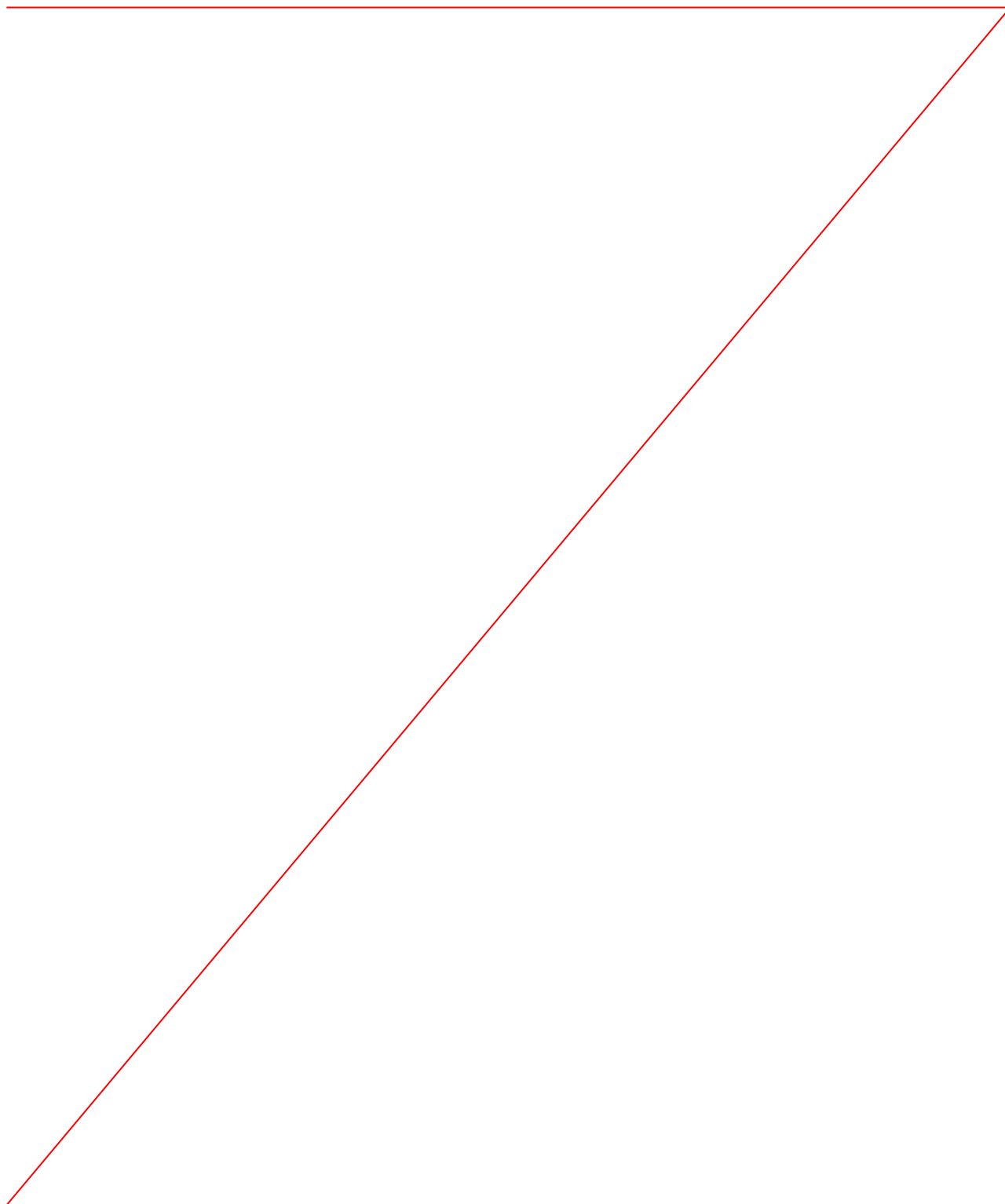
Albufeira, 27 de Abril de 2016 -----

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA _____

A PRIMEIRA SECRETÁRIA _____



O SEGUNDO SECRETÁRIO _____





REPUDIAR O DESPEDIMENTO COLECTIVO DE 54 TRABALHADORES DA PORTWAY NO AEROPORTO DE FARO

A Portway, segundo maior operador nacional na Assistência em Escala, é uma empresa do Grupo ANA, privatizado à multinacional VINCI. A empresa anunciou a intenção de proceder ao despedimento coletivo de 54 trabalhadores no Aeroporto de Faro, num total de 256 trabalhadores efetivos a nível nacional (54 em Faro, 121 no Porto e 81 em Lisboa), sob um conjunto de falsos argumentos.

A empresa argumentou que tal se deve ao facto de a Ryanair ter denunciado o contrato entre as duas empresas, e de que essa rutura representa uma quebra de cerca de 35% na operação da Portway/VINCI.

Esse argumento é falso, na medida em que foi a própria Portway/VINCI quem rompeu o acordo para o Porto e para Lisboa, na sequência das negociações sobre a renovação do contrato para a Assistência em Faro, sendo por isso mais acertado afirmar que a Portway/VINCI e a Ryanair acordaram desacordar, com potenciais ganhos para ambas e com perdas apenas para os trabalhadores, para o Estado Português e para a qualidade, fiabilidade e segurança da operação.

Logo no momento da privatização da ANA o PCP alertou para o facto de esta atividade poder vir a ser considerada dispensável pela multinacional, e para o risco de os interesses do operador aeroportuário (VINCI) e do operador aéreo (neste caso Ryanair) coincidirem na necessidade de redução do preço da assistência em escala com o sacrifício da Portway/VINCI e dos seus trabalhadores.

As perdas para o Estado traduzir-se-ão no assumir da maior parte dos mais de 7 Milhões de Euros anuais que agora a VINCI diz que poupará anualmente, através dos consequentes subsídios de desemprego.

A qualidade, fiabilidade e segurança da operação ficarão em causa, pois estão em causa trabalhadores com muitos anos de experiência nestas profissões (OAE e TTAE), que assim retiram toda a sua experiência e know-how à qualidade de serviço e ao "safety" da própria operação. Por último, ao nível da própria "security", num quadro em que estão bem presentes os exemplos recentes dos atentados no aeroporto de Bruxelas.

A continuação da normal actividade da empresa no Aeroporto de Faro, sem alterações qualitativas e quantitativas nos ritmos e intensidade do trabalho,



após o dia 28 de Março, data do termo do contrato com a Raynair, comprova quão distante da verdade se encontra o argumento utilizado pela empresa Portway/VINCI.

A própria data prevista para a concretização do despedimento colectivo, 31 de Outubro – somente após o Verão Turístico-, é também elucidativa de que o argumento utilizado pela empresa não tem sentido.

Na realidade, a empresa pretende, e tão-somente, aproveitar a ocasião para despedir os trabalhadores com mais experiência, mais formação e carreiras profissionais mais longas, e por isso com salários mais elevados, aproveitar para, a nível nacional, despedir o essencial da estrutura sindical da empresa e ainda chantagear um conjunto de trabalhadores para aceitarem a passagem a trabalho a tempo parcial. E, cada vez mais, ficar reduzido o quadro de trabalhadores da empresa a trabalhadores a tempo parcial.

Este desejo de conseguir mais trabalho por menos dinheiro, é uma pulsão permanente do capital, mas é limitado pelas leis da República, que nomeadamente não permitem que o despedimento coletivo seja aproveitado para conseguir estes objetivos.

Em 2015, esta empresa, a Portway/VINCI, já tinha demonstrado cabalmente as suas práticas laborais e sociais, ao desencadear um despedimento selvagem e ilegal de 12 trabalhadores que operavam as pontes telescópicas no Aeroporto de Faro, como represália pela luta que os mesmos vinham desenvolvendo em defesa dos seus direitos.

Em 2016, a mesma empresa pretende efectuar um despedimento colectivo, sob falsos argumentos, que nomeadamente empurrará para o desemprego 54 trabalhadores no Aeroporto de Faro.

Os Eleitos da CDU, repudiam o despedimento colectivo em curso na Portway/Vinci, nomeadamente o de 54 trabalhadores da escala de Faro e exigem da empresa a reversão da sua decisão de promover o despedimento atrás referido.

Ao mesmo tempo, exigimos do governo a tomada de medidas firmes que impeçam a concretização deste despedimento.

Albufeira 27 de Abril de 2016:

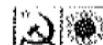
Os Eleitos da CDU:

Cândido Reigado

José Pimenta



CDU – Coligação Democrática Unitária PCP-PEV



Saudação ao 1.º de Maio Dia Internacional dos

Trabalhadores

Há 130 anos, milhares de operários de Chicago, conscientes da necessidade de humanização no mundo do trabalho, iniciaram uma luta histórica: a greve geral pela jornada de oito horas de trabalho diário. A violenta repressão associada à justeza da reivindicação e os seus reflexos a nível internacional determinou a declaração do dia 1 de Maio como o dia Internacional dos Trabalhadores.

Desde então, o movimento operário e sindical internacional reforçou a sua organização, alargou e envolveu na acção uma sociedade sedenta de justiça social, de paz, de liberdade, de democracia e de igualdade. Lançou, assim, pontes para o futuro, assumindo um papel central e determinante para os nossos dias.

Desde então as lutas dos trabalhadores inseridos nas suas organizações sindicais têm contribuído decisivamente para um objectivo comum: a defesa da dignidade do trabalho e dos trabalhadores, a conquista e a defesa de direitos alienáveis, um valioso contributo para mais justiça social e melhoria das condições de vida de milhões de trabalhadores, trabalhadoras e jovens.

Hoje esta luta continua mais que necessária, para combater os reveses civilizacionais, que com outro rosto pretendem manter níveis de exploração dos trabalhadores, exploração nas suas varias facetas:



desde os altos níveis de desemprego, precariedade, salários baixos.

É preciso pois, combater o desemprego, a precariedade, os baixos salários, a Carga horária excessiva e desajustada, a negação de direitos e garantias. É esta instabilidade permanente, que compromete o futuro de todos, mas sobretudo o dos jovens e o desenvolvimento do país.

Urge mobilizar os trabalhadores e populações em torno das suas justas reivindicações, na defesa do emprego com direitos, no direito de contratação colectiva, pelo aumento dos salários e de outros direitos, pelas 35 horas de trabalho semanal, por serviços públicos de qualidade e pela melhoria das obrigações do Estado na Saúde, no Ensino e na Segurança Social.

Os eleitos da CDU saúdam os trabalhadores portugueses e manifestam solidariedade para com a luta por eles desenvolvida e apelam as populações, aos trabalhadores e a juventude para que transformem a manifestação do 1º de Maio, numa acção, manifestação e luta de exigência pela mudança que o país precisa; pela afirmação de um Portugal de progresso, livre e soberano.

Albufeira, 27 de Abril de 2016:

Os Eleitos da CDU:

Cândido Reigado

e

José Pimenta

HIIDROCARBONETOS

DECLARAÇÃO DE VOTO:

1

O PCP, desde o primeiro momento que tem vindo acompanhar o processo sobre as concessões para prospecção de petróleo e gás na região do Algarve.

Foi o primeiro partido a levantar a questão na Assembleia da República na anterior legislatura, pedindo informações sobre os contratos que foram celebrados pelo governo PSD/CDS nas costas das populações e das autarquias. Foi pela intervenção do PCP que se ficaram a conhecer os contornos dos contratos; ausência de estudo de impacto ambiental, ausência de estudo de impacto económico na região.

O PCP tem tido uma intervenção coerente neste processo. Não ignoramos o profundo défice energético, que é estrutural no nosso país, nem o facto de tal défice obrigar o país a importar anualmente tudo quanto precisa no plano dos hidrocarbonetos. Como tal, não só julgamos que o povo português tem o direito de saber quais os recursos que o país possui nesta matéria, como a existirem, coloca-los ao serviço do desenvolvimento do país.

Neste plano, ao contrário daqueles que privatizaram a Galp, que destruíram parte importante das estruturas científicas públicas, capazes de ajudar o país nesta matéria, sempre defendemos que a prospecção e exploração de hidrocarbonetos, seja para responder as necessidades do país, seja para salvaguardar os interesses económicos e ambientais, estará tanto mais garantida quanto a mesma se faça por empresas/estruturas públicas. No Algarve têm surgido dúvidas e inquietações por parte de sectores da população, de alguns agentes económicos e autarquias. A grande questão que é colocada é da incompatibilidade entre os valores ambientais e a actividade económica predominante na região e a prospecção/exploração de petróleo. Na opinião do PCP, sendo legítimas as dúvidas e inquietações, não podemos, nem pode o país à partida, rejeitar a necessidade de conhecer e eventualmente explorar os recursos geológicos do nosso país.

É preciso estudar, avaliar ponderar. Estudar a viabilidade da sua exploração comercial e os potenciais benefícios. Avaliar os riscos ambientais e a possibilidade de os eliminar. Ponderar os impactos noutras actividades económicas. Só com esse estudo, essa avaliação e essa ponderação, é que estaremos em condições para de forma esclarecida, tomarmos uma decisão. A Fase em que nos encontramos é a da prospecção e não da exploração. Pensamos

que, apesar de tal não envolver qualquer exigência legal, se devem adoptar todos os estudos de impacto ambiental e económico, que esta actividade possa envolver; seja ao nível dos riscos da prospecção, exploração e transporte de hidrocarbonetos (cujo tráfego de navios se faz de forma intensa ao largo da costa Algarvia. O PCP considera que não devem ser comprometidos os interesses nacionais de nenhuma empresa do ramo, ou seja não deverá ser feito nenhum novo contrato e os actuais deverão ser reavaliados.

2

Simultaneamente o Estado português, por via do governo, deverá tomar todas as medidas adequadas defendendo não só um processo de recuperação do controlo público sobre o sector energético, incluindo gaz e petróleo, mas também, o apetrechamento do estado das capacidades técnicas e científicas para o domínio da tecnologia.

O PCP apresentará na Assembleia da República um Projecto de Resolução que recomendará ao Governo a reavaliação deste processo com a realização dos tais estudos de impacto ambiental, bem como, de uma avaliação concreta quanto ao aproveitamento dos potenciais recursos que o país tenha nesta matéria e a forma como poderão ser colocados ao serviço do desenvolvimento.

Irão ser feitas a seguintes recomendações:

1-Promova desde já, a realização de uma avaliação de impacto ambiental, determinando os riscos e definindo as medidas que devem ser adotadas para eliminar ou minimizar os riscos de uma eventual exploração de gás natural e petróleo no Algarve.

2-Desenvolva as medidas necessárias para o reforço de pessoal e de meios materiais das entidades especializadas da Administração Pública, designadamente o Laboratório Nacional de Energia e Geologia e a Direção Geral de Energia, na valorização destas entidades e do seu papel no desenvolvimento das capacidades do Estado nesta área.

3-Promova desde já, a avaliação do impacto que uma eventual exploração de gás natural e petróleo no Algarve poderá ter noutras actividades económicas da região, em particular no turismo.

4-Assegure que se reforçam todas as medidas de monitorização e prevenção, face ao imenso tráfego de navios, incluindo os que fazem transporte de hidrocarbonetos, ao longo da costa portuguesa.

5-Garanta a intervenção do Estado e o controlo público nos processos de prospeção e exploração dos recursos geológicos do nosso país, assegurando que a exploração desses recursos é colocada ao serviço do desenvolvimento económico e do progresso social.

6-Proceda à reavaliação dos contratos de concessão para a prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de gás natural e petróleo no Algarve, garantido para o Estado Português contrapartidas adequadas, tirando daí todas as consequências, de forma a garantir os interesses nacionais.

Os Eleitos da CDU

Albufeira, 27 ABRil 2016



Ponto 18
R.

DECLARAÇÃO DE VOTO



Depois de levar a questão da regionalização ao Congresso Nacional do partido, e assumindo-se desde logo como o grande paladino da sua implementação através de grande foguetório mediático, o PSD resolveu apresentar a mesmíssima moção aos órgãos autárquicos do Algarve, propondo que "a necessidade da Regionalização Administrativa de Portugal Continental seja incluída no âmbito e como medida prioritária do Programa Nacional de Reformas", em boa hora apresentado à discussão pública pelo XXI Governo Constitucional.

Apetece-nos perguntar se este PSD é o mesmo que prometeu tirar a norma travão da Constituição da República Portuguesa que obriga à instituição em concreto e em simultâneo de todas as Regiões Administrativas pela boca de Pedro Passos Coelho, recém-eleito Presidente do partido, e permitiria a criação da região-piloto do Algarve?!

Convém não esquecer que o ainda líder do PSD defendeu em 15 de setembro de 2010 a remoção do "travão constitucional" à implementação de uma "solução gradualista" para a regionalização do país, através da criação de uma "experiência piloto" e nada fez nesse sentido enquanto Primeiro-ministro.

Apetece-nos perguntar se este PSD é o mesmo que, entre 2011 e 2015, esteve mais de quatro anos no Poder com maioria absoluta e nada fez para cumprir uma promessa eleitoral do seu líder tornado Primeiro-Ministro da República, antes reforçando os mecanismos de centralização e limitando a capacidade de intervenção dos serviços desconcentrados da Administração Pública, com prejuízos inegáveis na educação, saúde e ação social?!

Apetece-nos perguntar se este PSD é o mesmo que desfraldou a bandeira da Reforma do Estado e nada mais fez do que uma lei plena de inconstitucionalidades, revista no segredo dos deuses após o chumbo do Tribunal Constitucional e publicou às escondidas, durante a campanha eleitoral para as Autárquicas de 2013, um pacote incluindo no mesmo diploma o regime jurídico das autarquias locais, o estatuto das entidades intermunicipais, o regime

?

jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, assim como da delegação de competências do Estado nas autarquias locais e nas entidades intermunicipais e dos municípios nas entidades intermunicipais e nas freguesias e o regime jurídico do associativismo autárquico, esquecendo-se posteriormente de dotar as autarquias e as entidades intermunicipais de meios e recursos para concretizarem os seus elevados objetivos e expetativas.

Apetece-nos perguntar se este PSD é o mesmo que, prometendo legislação amiga das autarquias, encerrou freguesias a régua e esquadro, atacou a autonomia dos Municípios impondo a lei das 40 horas e prejudicou a prestação de serviços públicos impedindo a contratação de pessoal, como se não bastassem as dificuldades impostas com uma lei de compromissos e pagamentos em atraso verdadeiramente draconiana, alterou a lei do setor empresarial local de forma cega e desrespeitou os acordos com a Associação Nacional dos Municípios Portugueses?!

Apetece-nos perguntar se este PSD olhou-se ao espelho quando repetiu os argumentos usados pelos defensores da Regionalização Administrativa ao longo dos anos na fundamentação da presente moção e ignorou a ação governativa do Governo de António Guterres que capacitou as autarquias locais para melhor desempenharem as suas funções, dotando-as com um regime jurídico potenciador da intervenção dos cidadãos, aumentando a sua autonomia financeira (+85% de transferências financeiras) e confiando nas suas estruturas associativas para gerirem os fundos comunitários, tal como sucedeu no Algarve entre 1997 e 2002?!

Completamente desintonizado da agenda política, procurando cavalgar o sentimento de desilusão dos algarvios com uma promessa política sempre adiada e um compromisso constitucional que peca por omissão, este regresso ao passado do PSD-Algarve revela que pouco ou nada aprenderam com o resultado das eleições de 2015 e que nem a alteração recente do seu diretório regional serviu para alterar esse rumo.

Qualquer bom governo poderá ser ainda melhor se tiver uma oposição ativa e exigente, capaz de apresentar-se como uma alternativa credível aos olhos do

eleitorado. Com diretórios partidários desfocados da realidade social e preocupados apenas com cargos e manutenção do *status quo*, não iremos longe.

A falta de memória e o desrespeito pelos compromissos eleitorais apenas contribuirá para aprofundar o fosso existente entre os cidadãos e os eleitos, fazendo um discurso em Lisboa e propalando outro no Algarve, apenas fundado em razões demagógicas que alargam ainda mais esse fosso e prejudicam de forma irreparável relações que devem ser de confiança e proximidade.

Pior, a proposta do PSD-Algarve chega-nos depois da aprovação do Plano Nacional de Reformas no Conselho de Ministros da semana passada, depois de um amplo debate público sobre os seus objetivos, no qual o PSD nacional optou para fazer figura de corpo presente, aliás, seguindo o triste exemplo que já havia proporcionado ao País aquando da discussão parlamentar do Orçamento de Estado para 2016, quando desistiu de apresentar quaisquer propostas de melhoria.

Concordando com a generalidade dos considerandos que fundamentam a proposta agora apresentada e submetida á nossa apreciação, não podemos aceitar que os órgãos autárquicos e intermunicipais do Algarve sejam instrumentalizados para alcançar fins meramente partidários de forma totalmente irresponsável.

Defendemos que o Estado deve assegurar o pleno cumprimento do princípio da subsidiariedade, assegurar o aprofundamento da democracia local e implementar um processo de descentralização como pilar da reforma do Estado.

Segundo o Programa do XXI Governo Constitucional e o Plano Nacional de Reformas, as Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional verão legitimado democraticamente o seu modelo de organização enquanto regiões de planeamento e de desenvolvimento territorial, sendo ainda conferida prioridade à coerência territorial da administração desconcentrada do Estado, pelo que se promoverá a integração dos serviços desconcentrados do Estado nas CCDR 's.

No mesmo sentido, será reforçada a cooperação intermunicipal através das Comunidades Intermunicipais e a legitimidade democrática e competência das Áreas Metropolitanas.

P

Coerentemente, será reforçado o papel dos Municípios e das Freguesias na gestão de serviços públicos de proximidade, preparando um novo enquadramento financeiro e de competências, de modo a concretizar, a partir de 2017, um novo modelo territorial, cumprindo o princípio da subsidiariedade.

Ainda antes das próximas eleições autárquicas, os Municípios terão novas competências, resultantes da descentralização de várias áreas de política pública, como a educação (com respeito pela autonomia das escolas), a saúde, a ação social, dos transportes, da cultura, a proteção civil e as áreas portuárias.

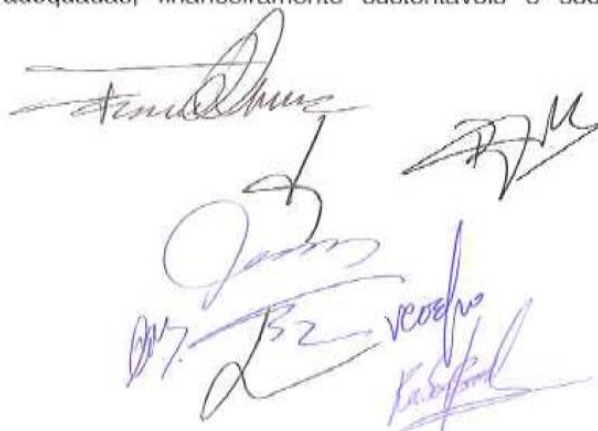
Consciente da necessidade de aprofundarmos o processo de Reforma do Estado, o PS-Algarve não abandona a defesa das Regiões Administrativas, como autarquias locais de âmbito regional.

Contudo, neste momento, este é o passo possível na defesa da Regionalização e no caminho a percorrer até à sua instituição em concreto, para fecharmos o edifício do Poder Local autárquico conforme foi previsto na Constituição da República Portuguesa em vigor há quarenta anos.

Se o PSD nacional não o faz, desafiamos os Senhores Deputados do PSD eleitos pelo Algarve a apresentarem esta proposta na Assembleia da República, local próprio para a sua apreciação e votação.

Sublinha-se que acompanhamos os considerandos que sustentam esta proposta e pugnamos pela Regionalização, votando favoravelmente esta moção, mas não podemos deixar de sublinhar a falta de seriedade e a demagogia que a proposta encerra.

Este é um TEMPO DE CONFIANÇA, de plantar SEMENTES DE ESPERANÇA e apresentar aos Portugueses e aos Algarvios SOLUÇÕES DE FUTURO, institucionalmente adequadas, financeiramente sustentáveis e socialmente justas!



P

CDU – Configação Democrática Unitária

PCP-PEV

**Declaração de voto****Moção do PSD “Regionalizar para um estado mais próximo dos cidadãos”**

A Constituição da República Portuguesa estabelece, no seu artigo 236, que no continente as autarquias locais são as freguesias, os municípios e as regiões administrativas. Adiantando também, que as atribuições e competências das autarquias locais são reguladas por lei, de harmonia com o princípio da descentralização administrativa.

A luta pela instituição das regiões e pela descentralização administrativa faz parte do património e da história do Partido Comunista Português, que tem dado um contributo relevante para a afirmação constante da necessidade da adopção de verdadeiras políticas de desenvolvimento regional, baseadas em princípios de sustentabilidade e solidariedade. Os períodos de maior luta pela regionalização foram inseparáveis da acção, da luta e esforço do PCP e dos eleitos da CDU.

A política da direita tem sido caracterizada pela centralização do poder para que desta forma possa distribuir recursos à sua maneira, sem atender aos reais interesses das diversas regiões. Governos do PSD, CDS e também PS, têm contribuído para acentuar das desigualdades regionais e das assimetrias, com a litoralização do País e uma aplicação de fundos comunitários e grandes investimentos que não tem respeitado os reais interesses do desenvolvimento regional.

Sendo verdade que o desenvolvimento regional só pode ser assegurado por uma justa política nacional, não é menos verdade que esse desenvolvimento regional reclama a existência de um poder e uma capacidade de decisão regional, com legitimidade e força política emanadas da vontade popular, com meios e instrumentos adequados.

A questão da regionalização continua a ser um assunto actual, e que enquanto não for resolvido não deixará de ser colocado na ordem do dia do debate das questões políticas e das questões associadas ao desenvolvimento regional.

Sendo um imperativo constitucional, sendo o Poder Local que falta, a criação das Regiões implica a realização de um Referendo com resposta positiva para a sua instituição em concreto. Norma constitucional que foi introduzida pelo PS e PSD e que representa uma dificuldade que teria sido dispensável. Mas que foi criada precisamente como mecanismo de bloqueio, por quem teve e tem responsabilidades políticas no processo.

Consideramos que a regionalização, deve ser feita com vista à descentralização com efectiva transferência de competências e meios, com autonomia política, administrativa e financeira. E não de mera desconcentração em que o poder de decisão se mantém no poder central ainda que os organismos possam estar nas regiões.

Entendemos que o associativismo municipal que existe e deve ser incentivado não



CDU – Coligação Democrática Unitária

PCP-PEV



pode ser um sucedâneo da regionalização. Há matérias que podem e devem ser resolvidas através da cooperação intermunicipal, mas há matérias que exigem um outro escalão de poder, uma outra visão e ela só pode ser dada pelas regiões administrativas.

O Algarve assume-se de forma natural como uma região no plano nacional e que muito beneficiaria da concretização da regionalização. Sem qualquer demagogia, ou ilusionismo, o PCP nunca faltou quando foi preciso defender a regionalização, quer no Algarve, quer na Assembleia da República, quer no resto do país.

Abstivemo-nos na votação desta moção, (independentemente da sua validade ao ser enviada ao governo, por esta estar fora de tempo útil para o objectivo pretendido – Programa Nacional de Reformas), por considerarmos que o PSD, que durante os quatro anos em que foi governo nada fez sobre este tema, tem agora uma posição contraditória com a prática que desenvolveu, pretendendo branquear a posição de bloqueio à criação das regiões administrativas, que ao longo de 40 anos exerceu, impedindo o cumprimento do pressuposto constitucional da regionalização.

ALBUFEIRA 27 DE ABRIL 2016

OS ELEITOS DA C.D.U.